



Associação Brasileira de Concessionárias
de Serviço Telefônico Fixo Comutado

**Comissão de Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática – CCTCI
Câmara dos Deputados**

**Plano Nacional de Banda
Larga**

Brasília, 30 de março de 2010

Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

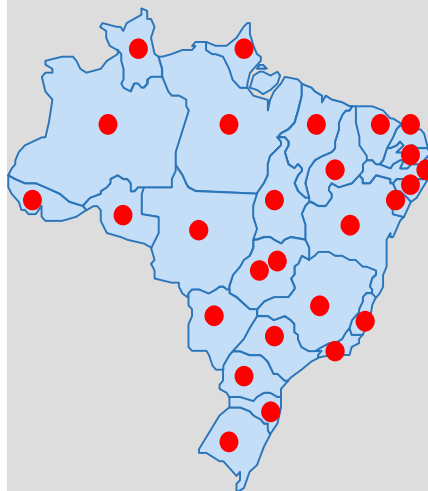
- Reúne cinco concessionárias de telefonia fixa:



- As missões da Abrafix:

- Zelar pelos interesses comuns de suas associadas perante as demais entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.
- Promover a defesa da livre concorrência e dos princípios da ordem econômica no setor de telecomunicações.

- Cobertura em 100% do território brasileiro



- Presença em 37.591 localidades
- Empregos: 31 mil no setor de telefonia fixa e 168 mil nas empresas de call center¹
- As associadas da Abrafix recolheram cerca de R\$ 13 bilhões de ICMS sobre Serviços de Comunicações em 2009. O Setor arrecadou só em ICMS, mais de R\$ 26 bilhões.

¹ empresas de call-center controladas por concessionárias do STFC

A BANDA LARGA TEM TRÊS GRANDES DESAFIOS

Cobertura

- Garantia da **disponibilidade de infraestrutura** para o serviço— condição necessária para o uso/adesão (analogia: “construir a estrada”)

Penetração

- **Adesão ou uso** do serviço disponível por meio de:
 - Acesso individual
 - Acesso coletivo(analogia: “dispor de carros e ônibus”)

Velocidade

- Evolução do acesso de uso básico em baixa velocidade para um **acesso avançado em alta velocidade**:
 - Baixas: e-mail, consultas, download de texto
 - Altas: download/streaming de vídeo, multimídia(analogia: “aumentar a potência dos motores e capacidade dos ônibus”)

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

- ✓ Defendemos o uso intensivo das infraestruturas existentes, inclusive as de controle estatal. Elas podem, de fato, ser relevantes fatores complementares de regulação do mercado.
- ✓ Mas, entendemos que não é papel do governo a oferta de serviços no mercado de varejo, seja pelos altos riscos inerentes à própria dinâmica do negócio, que podem resultar em prejuízos para a sociedade, seja porque este é um mercado sempre melhor atendido pela iniciativa privada.

A COMPETIÇÃO É SEMPRE BEM VINDA, MAS DEVE SE DAR EM BASES JUSTAS E ISONÔMICAS

Qualquer novo competidor deve

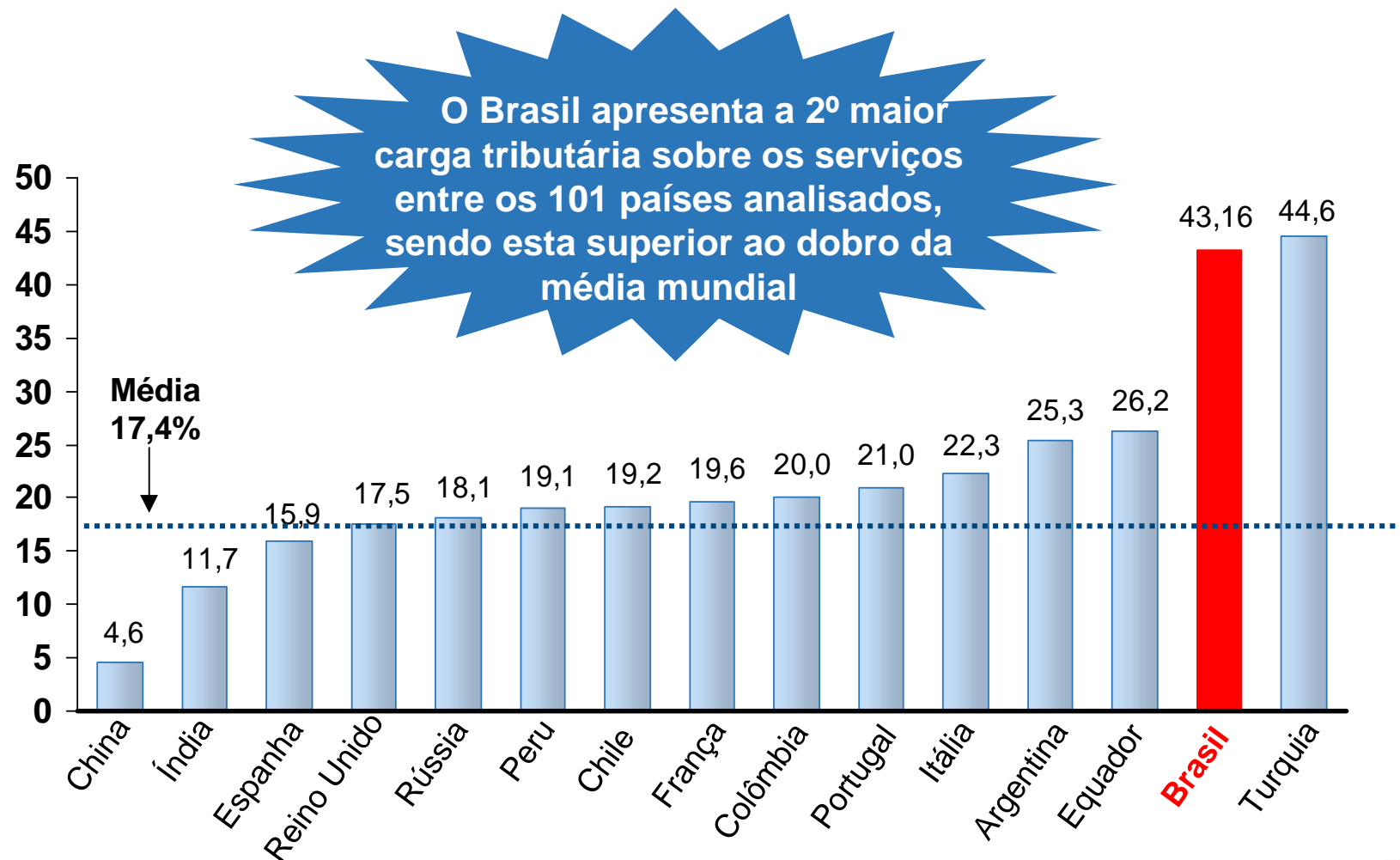
- 1) Ter tratamento e recolhimento isonômico de **impostos**;
- 2) Ter acesso aos **fundos setoriais** de forma isonômica;
- 3) Usar **infraestrutura em condições isonômicas**, inclusive das empresas públicas (ex: fibra ótica, direitos de passagem);
- 4) **Participar de licitações** em condições isonômicas, seguindo a Lei 8.666;
- 5) Garantir os mesmos níveis de **disponibilidade e qualidade** praticados no mercado;
- 6) Se submeter ao **mesmo arcabouço jurídico-regulatório** dos participantes atuais:
 - Licenças e espectro,
 - Regulamentos,
 - Fiscalização e sanções;
- 7) Atender os mesmos critérios **de transparência e regras do mercado de capitais**.

DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA

- ✓ Alteração da base legal e regulatória.
- ✓ Não se concebe pensar em ampliar o atendimento em banda larga sem a utilização dos recursos do FUST, o que exige alterações na lei, nos termos ora em discussão avançada no Congresso Nacional;
- ✓ Os regulamentos do setor precisam ser alterados possibilitando a aplicação de preços diferenciados e outros incentivos;
- ✓ Redução da carga tributária. Em média 43% do valor da prestação do serviço é composta de tributos;
- ✓ Incentivo governamental. O problema não é de oferta, mas de demanda. Há necessidade de se criar mecanismos de fomento à demanda.

CARGA TRIBUTÁRIA

Parcela de Tributos no TCMO (Total Cost of Mobile Ownership)



RESULTADOS DA INICIATIVA PRIVADA NO SETOR

- O setor de telecomunicações investiu desde o início dos anos 2000 mais de R\$ 168 bilhões na compra de ativos e na ampliação da infraestrutura de prestação de serviços.

- A base instalada de acessos fixos é de 42 milhões, os acessos móveis soma a 175 milhões, temos 11 milhões de conexão de banda larga e 7,6 milhões de assinantes do serviço de TV por assinatura.

- A ampliação da oferta esbarra, entretanto, na questão da distribuição de renda, por um lado, e, por outro, na falta de uma política efetiva de incentivos.

MUITO OBRIGADO